

**CONFERÊNCIA DOS OCEANOS**, Lisboa 26 de junho a 1 de julho de 2022

Evento: SIMPÓSIO DE ALTO NÍVEL SOBRE A ÁGUA

**Intervenção do Ministro da Agricultura e Ambiente de Cabo Verde**, 27 de junho (5 min.)

Primeiramente, permitam-me descrever sumariamente o meu país: Cabo Verde é um pequeno estado insular, de origem vulcânica, localizado na costa ocidental africana, no prolongamento da região do Sahel, onde as chuvas são muito irregulares e a precipitação média anual é inferior aos 300mm. Um pequeno arquipélago com aridez climática, em que a área emersa de 4.033km<sup>2</sup> é rodeada de uma imensa área marinha e oceânica, que constitui 99% do território nacional. Faz parte das ilhas da Macaronésia, conjuntamente com as Canárias, a Madeira e os Açores.

Antes de me referir ainda a outras questões, quero enfatizar que, enquanto SIDS, Cabo Verde está muito mais exposto aos efeitos das alterações climáticas. Ao longo de décadas temos registado a redução das precipitações e ver aumentados os eventos meteorológicos e climáticos extremos. Segundo o IPCC (Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas; 2021), a temperatura média global terá um aumento acima dos 2,7°C e o nível médio da água do mar subirá em mais de 2m, além de acidificar os oceanos, se a nível global continuarmos com o ritmo atual da emissão dos gases de efeito estufa.

Enfatizo isto porque seria catastrófico para o nosso país, já que enfrentaria i) a destruição dos frágeis ecossistemas costeiros, ii) a intrusão salina e a contaminação das águas doces subterrâneas, iii) grande erosão costeira e iv) a destruição ou danificação de muitas infraestruturas estratégicas – destaco aqui as portuárias e as ligadas à água e ao saneamento, designadamente muitas estações de produção de água potável e as de tratamento das águas residuais localizadas na costa. As estratégias de adaptação são cruciais e incluem, forçosamente, o setor da água e saneamento, à luz dos ODS 6 e 14.

Referindo-me agora às políticas da água, devo dizer que Cabo Verde tem como prioridades o aumento da mobilização da água (passar dos atuais 64 para 90litros/pessoa/dia em 2026) e a melhoria do acesso aos serviços de água potável (chegar aos 100% em 2026), tanto para o abastecimento à população, como para a economia, principalmente para a agricultura. De entres as principais estratégias destaco:

- 1) **A melhoria da Governança da água**. Clarificamos e atualizamos o quadro legal e institucional de água e saneamento, no sentido de nos convergirmos com as melhores práticas – destaco aqui o código da água e o regime jurídico dos serviços, atualizamos o sistema de planeamento estratégico do setor da água, reforçamos a regulação técnica e económica independente com a fixação transparente de tarifas, melhoramos os sistemas de monitoramento dos recursos hídricos e dos serviços de água e saneamento, atualizamos as normas técnicas para as águas potável e residuais, avançamos fortemente na empresarialização dos serviços pela institucionalização das Entidades Gestoras que implementam as políticas públicas

definidas pelo Governo, instituímos o Relatório Anual dos Serviços de Água e Saneamento (RASAS), em que participam as reguladoras e as entidades gestoras..

- 2) ***Diversificação das formas de mobilização da água***, destacando a dessalinização – com o aumento da escassez hídrica decorrente da redução das precipitações e das secas, o país optou por complementar a exploração das águas subterrâneas com a dessalinização da água do mar. Começou com esta prática há cerca de 50 anos numa ilha, mas teve que estendê-la à maior parte delas (hoje 7 de 9 e em 2023 iniciará numa oitava – a ilha da Brava). Cerca de 80% da água destinada ao abastecimento público em Cabo Verde, provém da dessalinização.
- 3) ***Reforço do nexus energia-água*** – Dessalinizar e bombear a água a montante, tendo em conta a orografia das ilhas depende das energias e é bastante custoso. Daí a necessidade de se investir nas energias renováveis, baixando o custo e a dependência das energias fósseis e contribuindo para a redução das emissões. Muitos investimentos concretos na instalação de parques solares associados à dessalinização e bombagem de água foram e vão sendo feitos.
- 4) ***Aposta na economia circular da água*** – refiro-me ao tratamento e à reutilização segura das águas residuais na economia, mormente na agricultura; reduz os riscos de contaminação do mar, especialmente nas zonas costeiras. Faz parte da estratégia de diversificação das fontes de mobilização da água.
- 5) ***Adaptação do setor agrícola à escassez hídrica***. Na verdade, a agricultura consome cerca de 70% dos Recursos hídricos. Estamos a apostar na redução das perdas e aumento da eficiência de uso. Trata-se da irrigação gota-à-gota, utilização de produtos que fazem aumentar a retenção no solo de água para as plantas, sem impacto negativo na cadeia alimentar e na qualidade do solo, opção por culturas protegidas sempre que possível, escolha de culturas mais produtivas vis-à-vis da disponibilidade de água. Queremos mobilizar parcerias para a investigação e implementação da prática da agricultura bio salina.
- 6) ***Reforçar as parcerias para a água***. Permitam-me ressaltar aqui a cooperação multilateral entre estados sahelianos no quadro do CILSS (Comité Inter estados de Luta contra a Seca no Sahel), União Europeia, agências e programas das Nações Unidas, WASAG (Water Scarcity in Agriculture), cooperação com países integrantes da Comunidade do Países da Língua Portuguesa, bem como as parcerias estabelecidas com países como Luxemburgo, Japão, Espanha, Portugal, Brasil, EUA entre outros, ou com parceiros de Investimento como o BM, BAD, BADEA, também a nível local com universidades, institutos e ONGs. Permitam-me destacar aqui a WASAG (Water Scarcity in Agriculture), cujo primeiro fórum mundial aconteceu em 2019 na Praia, capital de Cabo Verde. O segundo fórum também vai ser na Praia e no final de outubro deste ano. Reúne países, organizações e experts que partilham conhecimento, tecnologias e estabelecem parcerias para lidar, de forma inteligente, com escassez de água na agricultura.

Através desta intensa cooperação e parcerias úteis para a água, tivemos o privilégio de realizar vários estudos que podem servir de referência e partilhados: Estudos que conduziram à elaboração do Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento e planos diretores municipais, à criação do Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, Sistemas de Licenciamentos, criação de Gabinete de Apoio à integração de Género, estudo de suporte à avaliação da estratégia social e ambiental do setor, entre outros.

Permitam-me terminar, defendendo o reforço da cooperação para maior partilha e conhecimento e de tecnologias e aceleração de investimentos no setor da água através de soluções inovadoras e mais flexíveis de financiamento, que possam considerar melhor o índice de vulnerabilidade e contribuir para maiores benefícios ambientais, económicos e sociais dos estados. Uma atenção especial deverá ser dada aos pequenos estados insulares. O *Blue* e *Green Bonds*, são bons exemplos, somos a favor da implementação de modelos que permitem trocas de dívidas públicas por financiamentos de projetos ambientais e climáticos estruturantes, incluindo os no domínio da água e saneamento.

Muito Obrigado